



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

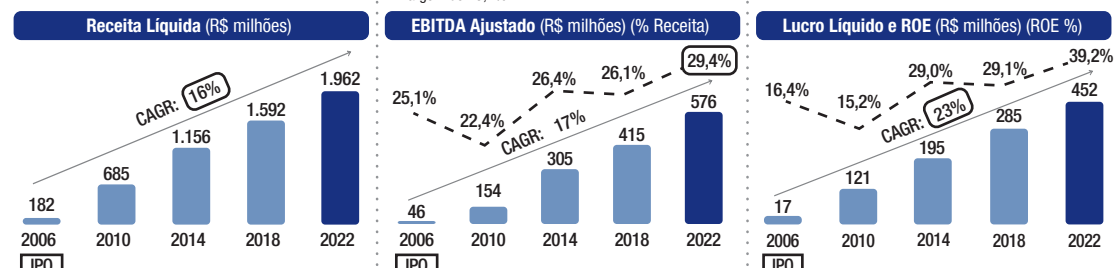
**Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação**

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica. Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de 8 milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

**Adaptações face à pandemia e Desempenho Financeiro**  
Em 2022, a receita líquida cresceu 6,5% atingindo R\$1.962 milhões, com ticket médio de R\$21 por beneficiário/mês e 8.317.964 beneficiários, adição líquida de 334 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 71%, com os restantes 29% em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 40,2% da receita no exercício, versus 38,3% em 2021. As despesas de comercialização e administrativas foram de 26,2% da receita. A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$576 milhões em 2022, com margem de 29,4%.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**  
O lucro líquido foi de R\$452 milhões, 18,9% maior que 2021, tendo a Companhia encerrado 2022 com caixa líquido de R\$795 milhões, e dívida zero.



O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

R\$ milhões, exceto onde especificado	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022	CAGR
<b>Receita líquida</b>	182	318	685	955	1.156	1.365	1.592	1.765	1.962	16%
<b>Ticket médio (R\$/vida/mês)</b>	12,25	12,07	12,87	14,33	16,07	18,58	20,43	20,47	20,72	3%
<b>Beneficiários (mil)</b>	1.492	2.460	4.978	5.976	6.316	6.267	7.230	7.510	8.318	11%
<b>EBITDA ajustado</b>	46	76	154	227	305	300	415	544	576	17%
<b>Margem EBITDA ajustado (%)</b>	25,1	23,9	22,4	23,8	26,4	22,0	26,1	30,8	29,4	-
<b>Lucro líquido</b>	17	55	121	146	195	216	285	361	452	23%
<b>Valor de mercado</b>	872	587	4.443	5.701	5.239	6.694	7.305	7.730	5.133	12%
<b>Retorno aos acionistas de ODPV3 (%)</b>	22	-46	80	25	5	37	-13	-14	-21	12%
<b>IBX-100 (%)</b>	7	-42	3	12	-3	37	15	4	4	8%

**Mercado de Capitais**

Em 2022 a Odontoprev completou 16 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$5,1 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 12% ao ano, versus 8% ao ano do IBX-100.



Desde 2017 a Odontoprev integra a carteira do FTSE4Good Index, índice britânico que avalia critérios de sustentabilidade em empresas listadas de todo o mundo. A Companhia, já em 2023, e pelo quarto ano consecutivo, foi selecionada para compor o Bloomberg GEI, índice global de empresas abertas comprometidas em apoiar a igualdade de gênero por meio do desenvolvimento de políticas, representação e transparência.

**Governança Corporativa**  
A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3. Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como o Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e elevado percentual de distribuição de dividendos.

**Declaração da Diretoria Estatutária**  
Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua divulgação.

**Relacionamento com Auditores Independentes**  
A KPMG Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/03, foi contratada em 2022 para outros serviços (revisão ECF, prova de solvência dinâmica, auditoria das reservas técnicas) com honorários que totalizaram R\$300 mil, ou 27% do valor dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. Os auditores entendem que os serviços adicionais mencionados não configuram perda de independência com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos, previamente, à autorização do Comitê de Auditoria.

Barueri, 01 de março de 2023

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021	31 de dezembro de 2022	2021
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>	<b>424.473</b>	<b>515.928</b>	<b>498.898</b>	<b>582.488</b>
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	14.815	15.584	15.837	16.422
Realizável	409.658	500.344	483.061	566.066
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	104.614	289.303	135.592	315.140
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)	79.509	—	79.509	—
Aplicações livres	4.952	—	4.952	—
Aplicações financeiras (ativos financeiros ao custo amortizado)	74.557	—	74.557	—
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	171.283	145.331	174.567	157.193
Aplicações livres	160.576	136.067	155.008	136.622
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	1.313	809	1.313	809
Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber	9.394	8.455	5.191	8.455
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	—	—	13.055	11.307
Operadoras de planos de assistência à saúde	23	—	23	—
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	34.418	30.292	34.418	30.292
Créditos de operações não relacionadas com planos de assistência à saúde	1.610	11.250	8.968	19.912
Despesas diferidas (despesas de comercialização diferidas)	14.043	19.640	40.276	33.881
Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)	7.471	6.608	9.557	7.126
Bens e títulos a receber (outras contas a receber)	1.608	4.992	5.503	9.051
Adiantamentos a funcionários	4.964	8.040	25.216	17.704
Adiantamentos a fornecedores e outros	—	—	4.767	4.421
Demais créditos a receber	—	—	—	—
Estoque	4.158	4.528	4.941	5.227
Despesas antecipadas	1.545.816	1.344.970	1.520.955	1.351.353
<b>Não circulante</b>	<b>629.931</b>	<b>460.244</b>	<b>635.719</b>	<b>480.326</b>
Realizável a longo prazo	564.293	399.487	564.293	399.487
Aplicações financeiras (ativos financeiros avaliados ao custo amortizado)	191.042	179.270	191.042	179.270
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	373.251	220.217	373.251	220.217
Aplicações livres	—	—	—	—
Títulos e créditos a receber	6.031	24.762	9.213	28.097
Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social) <sup>1</sup>	24.237	22.027	26.559	25.366
Depósitos judiciais e fiscais	18.423	13.889	18.707	27.297
Outros créditos a receber	16.947	—	16.947	—
Créditos Tributários e Previdenciários (Tributos a Recuperar)	77.285	60.279	17.860	14.493
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	7.161	9.997	—	5.363
Participações societárias - rede odontológica (operadoras)	—	4.634	—	—
Participações em controladas (operadoras)	7.161	5.363	—	5.363
Participações em controladas em conjunto (operadoras)	70.124	50.282	16.065	7.841
Participações em outras sociedades	70.124	50.282	—	—
Participações em controladas	—	—	16.065	7.841
Participações em controladas em conjunto	—	—	1.795	1.289
Outros investimentos	27.554	50.091	44.743	70.235
Imobilizado	14.788	18.675	25.002	29.517
Imobilizações	9.045	12.165	17.890	21.895
Imobilizado de uso próprio	5.743	6.510	7.112	7.622
Outras imobilizações	12.766	31.416	19.741	40.718
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	811.046	774.356	822.633	786.299
Intangível	654.948	654.948	663.990	663.990
Ativo intangível em aquisição de investimentos	125.145	85.816	127.279	88.356
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	30.953	33.492	31.364	33.953
Ativos intangíveis alocados	1.970.289	1.860.898	2.019.853	1.933.841

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021	31 de dezembro de 2022	2021
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>	<b>677.457</b>	<b>551.084</b>	<b>717.704</b>	<b>591.361</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	400.193	354.617	407.589	365.971
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	230.870	201.114	230.870	201.370
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (PESL)	68.197	54.969	63.230	55.427
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	101.116	98.534	101.116	98.774
Outras provisões técnicas (OUTRAS)	—	—	12.373	10.400
Débitos de operações de assistência à saúde	5.506	627	6.406	1.241
Contraprestações/prêmios a restituir	40	179	40	179
Comercialização sobre operações	5.466	448	6.366	1.062
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	—	—	—	—
Tributos e encargos sociais a recolher	38.035	28.291	43.330	34.399
Tributos a recolher (obrigações fiscais)	32.489	22.897	35.792	26.579
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.458	1.018	8.944	1.468
Demais obrigações fiscais federais	14.403	12.522	16.925	15.366
Obrigações fiscais estaduais	—	—	—	105
Obrigações fiscais municipais	9.628	9.357	9.818	9.684
Encargos a recolher (obrigações sociais)	5.546	5.394	7.538	7.820
Débitos diversos	233.733	167.549	260.379	189.750
Salários, férias e honorários (obrigações trabalhistas)	47.296	38.993	56.439	46.688
Fornecedores de bens e serviços	11.755	16.607	19.102	20.910
Adiantamentos de clientes	527	—	634	1.703
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	95.920	40.540	95.920	40.540
Outras contas a pagar	57.362	49.571	66.165	54.567
Investimentos a pagar	15.968	8.637	15.968	8.637
Recuperação de ações a pagar	—	7.044	—	7.044
Contraprestações contingentes	3.825	3.590	3.825	3.590
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.059	4.785	3.659	6.943
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(979)	(2.218)	(1.333)	(2.872)
<b>Não circulante</b>	<b>108.673</b>	<b>194.010</b>	<b>116.631</b>	<b>221.231</b>
Provisões para ações judiciais (contingências)	46.333	79.508	47.700	95.687
Provisões para ações judiciais	34.037	64.792	35.404	67.657
Outras exigibilidades	11.807	13.648	11.807	25.762
Honorários a pagar	489	1.068	489	1.068
Tributos e encargos sociais a recolher (outras provisões)	18.555	15.854	18.555	15.854
Tributos e contribuições	17.661	14.339	17.661	14.339
Parcelamento de tributos e contribuições	894	1.515	894	1.515
Parcelamento de tributos e contribuições (outras exigibilidades)	—	—	—	—
Débitos diversos	43.785	98.648	50.376	109.690
Opção de venda em Controladas	—	39.894	987	41.187
Investimentos a pagar	4.751	13.121	4.759	13.130
Contraprestações contingentes	—	3.409	—	3.409
Incentivo de longo prazo	17.874	11.823	19.385	13.270
Outros débitos diversos	7.150	—	7.150	—
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	17.753	37.852	26.679	48.100
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(3.743)	(7.451)	(4.584)	(9.406)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.184.159</b>	<b>1.115.804</b>	<b>1.185.518</b>	<b>1.121.249</b>
Capital social	851.017	851.017	851.017	851.017
Reservas de capital	(36.979)	(61.223)	(36.979)	(61.223)
Reservas de lucros	508.940	515.815	508.940	515.815
Ações em tesouraria	(163.046)	(189.805)	(163.046)	(189.805)
Dividendo adicional proposto	24.087	—	24.087	—
Participação dos não controladores	—	1.359	—	5.445
Ajustes de avaliação patrimonial	140	—	140	—
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.970.289</b>	<b>1.860.898</b>	<b>2.019.853</b>	<b>1.933.841</b>

<sup>1</sup>Ativos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social) são apresentados líquidos do passivo diferido (vide notas 2.5.1 (a) e 9.1).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Companhia		Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021	
<b>Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde</b>	<b>19</b>	<b>1.876.738</b>	<b>1.809.030</b>	<b>1.876.664</b>	<b>1.815.768</b>
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	—	1.967.571	1.891.478	1.967.497	1.898.595
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	—	(90.833)	(82.448)	(90.833)	(82.827)
<b>Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos</b>	<b>20</b>	<b>(689.778)</b>	<b>(702.832)</b>	<b>(677.610)</b>	<b>(695.212)</b>
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	—	(687.436)	(695.894)	(675.268)	(688.291)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	—	(2.342)	(6.948)	(2.342)	(6.921)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>1.186.960</b>	<b>1.106.198</b>	<b>1.199.054</b>	<b>1.120.556</b>	
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	973	398	2.167	2.792	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)																		
	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido Companhia	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado					
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Outorga de opções de ações	Opção de compra em controladas	Legal capital regulatório	Estatutário e investimentos							Incentivo e expansão fiscal	Ações em tesouraria			
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>607.869</b>	<b>48.392</b>	<b>(19.631)</b>	<b>(39.433)</b>	<b>32.295</b>	<b>243.147</b>	<b>243.147</b>	<b>129</b>	<b>(14.349)</b>	<b>100.713</b>	-	<b>(639)</b>	<b>1.201.640</b>	<b>4.945</b>	<b>1.206.585</b>		
Aumento de capital por incorporação de reservas	17.2	243.148	(48.392)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ações em tesouraria vendidas (9ª, 10ª e 12ª outorgas)	16.4	-	-	(405)	-	-	-	-	-	1.593	-	-	-	1.188	-	1.188		
Recuperação de valores de emissão da Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(177.049)	-	-	-	(177.049)	-	(177.049)		
Opção de venda em controladas (inclui ajuste a valor presente e variação cambial)	17.5/17.6	-	-	-	(1.754)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.754)	-	(1.754)		
Ajustes de conversão (outros resultados abrangentes)	17.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	-	(85)	243	158		
Dividendo adicional pago	17.3/17.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.713)	-	-	(100.713)	981	381.340		
Lucro líquido do exercício	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Proposta de destinação do lucro:</b>																		
Reserva legal	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Juros sobre capital próprio	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva de investimentos e expansão	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos intercalares	17.3/17.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva de investimentos e expansão	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>851.017</b>	-	<b>(20.036)</b>	<b>(41.187)</b>	<b>51.313</b>	<b>243.147</b>	<b>221.226</b>	<b>129</b>	<b>(189.805)</b>	-	-	<b>(724)</b>	<b>1.115.080</b>	<b>6.169</b>	<b>1.121.249</b>		
Ações em tesouraria vendidas (12ª outorgas)	17.2	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	52		
Recuperação de valores de emissão da Companhia	17.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.046)	-	(163.046)		
Absorção da reserva de outorga de opções de ações	17.2	-	-	19.984	-	-	-	(19.984)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Carrocelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(68.578)	(121.227)	-	189.805	-	-	-	-	-	-		
Aplicação de transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Opção de Venda em Controlada	-	-	-	-	-	-	40.200	-	-	-	-	-	-	40.200	-	40.200		
Ajustes de conversão (outros resultados abrangentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	864	864	(4.000)		
Lucro líquido do exercício	17.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Proposta de destinação do lucro:</b>																		
Reserva legal	17.3/17.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Juros sobre capital próprio	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva de investimentos e expansão	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendo adicional proposto	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos intercalares	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	17.5/17.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>851.017</b>	-	-	-	-	<b>(36.979)</b>	<b>73.921</b>	-	<b>174.569</b>	<b>260.321</b>	<b>129</b>	<b>(163.046)</b>	<b>24.087</b>	<b>140</b>	<b>1.184.159</b>	<b>1.359</b>	<b>1.185.518</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)				
	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>	<b>1.920.094</b>	<b>1.771.054</b>	<b>1.960.117</b>	<b>1.812.815</b>
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	1.967.571	1.891.478	1.967.497	1.898.595
Vendas de bens e serviços	-	-	21.892	16.406
Seguros	-	-	18.679	24.507
Provisão para perdas sobre créditos	(47.477)	(48.663)	(47.951)	(48.320)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.116.459)</b>	<b>(1.055.442)</b>	<b>(1.052.363)</b>	<b>(999.528)</b>
Ativos/sinistros conhecidos ou avisados	(687.436)	(695.584)	(675.268)	(683.291)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(2.342)	(6.948)	(2.342)	(6.921)
Materiais odontológicos e operacionais	(15.607)	(17.682)	(9.487)	(12.234)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.418)	(2.463)	(21.188)	2.508
Sinistros	-	-	(5.769)	(4.926)
Reservas técnicas de sinistros	-	-	(20)	(242)
Despesas de comercialização	(208.847)	(187.731)	(210.802)	(190.035)
Despesas administrativas	(182.809)	(144.734)	(127.487)	(99.387)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>803.635</b>	<b>787.373</b>	<b>907.754</b>	<b>891.060</b>
<b>Retenções</b>	<b>(32.338)</b>	<b>(59.221)</b>	<b>(37.023)</b>	<b>(63.582)</b>
Depreciações e amortizações	(29.781)	(55.433)	(32.395)	(57.760)
Outras	(2.557)	(3.788)	(4.628)	(5.822)
Amortização direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(2.557)	(3.788)	(4.628)	(5.822)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>771.297</b>	<b>728.152</b>	<b>870.731</b>	<b>827.478</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>107.463</b>	<b>64.920</b>	<b>95.452</b>	<b>60.842</b>
Resultado de equivalência patrimonial	22.347	12.233	6.609	6.559
Receitas financeiras	85.116	52.687	88.843	54.283
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>878.760</b>	<b>793.072</b>	<b>966.183</b>	<b>888.320</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>				
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>(141.877)</b>	<b>(121.610)</b>	<b>(193.922)</b>	<b>(186.491)</b>
Remuneração direta	(117.283)	(97.511)	(157.267)	(146.887)
Benefícios	(19.641)	(18.875)	(28.116)	(30.497)
FGTS	(4.953)	(5.224)	(7.839)	(9.107)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(270.003)</b>	<b>(278.041)</b>	<b>(304.155)</b>	<b>(305.453)</b>
Federais	(239.047)	(250.310)	(265.638)	(270.925)
Estaduais	(69)	(5)	(2.488)	(2.512)
Municipais	(30.887)	(27.680)	(35.029)	(32.016)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(14.709)</b>	<b>(13.062)</b>	<b>(16.745)</b>	<b>(15.036)</b>
Despesas financeiras	(14.628)	(13.159)	(16.176)	(15.057)
Despesas financeiras	(83.284)	(63.195)	(84.111)	(64.306)
Reversão de juros sobre capital próprio	69.257	52.232	69.257	52.232
Ajuste a valor presente (AVP) do passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(601)	(2.196)	(1.322)	(2.983)
Aluguéis	(81)	97	(569)	21
Aluguéis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(2.467)	(4.675)	(5.596)	(7.213)
Aluguéis (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	2.386	4.772	5.027	7.234
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(452.171)</b>	<b>(380.359)</b>	<b>(451.361)</b>	<b>(381.340)</b>
Juros sobre capital próprio	(2.557)	(3.788)	(4.628)	(5.822)
Dividendos	(180.000)	(136.274)	(180.000)	(136.274)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(202.914)</b>	<b>(191.853)</b>	<b>(202.914)</b>	<b>(191.853)</b>
Participação dos não controladores	-	-	810	(981)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>(878.760)</b>	<b>(793.072)</b>	<b>(966.183)</b>	<b>(888.320)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional e informações gerais:** A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev), sociedade anônima de capital aberto, localizada na Alameda Araguaia, 2104, 21º andar, Privativo - Barueri, São Paulo - Brasil. A Companhia iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código "ODPV3" e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado. A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, declara ter condições de levar até o vencimento as aplicações financeiras classificadas na categoria "mantidas até o vencimento". A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme qua a seguir:

	Participação no capital social (%)			
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Controladas	Coligada	Controlada	Controlada
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>EMPRESAS:</b>				
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços) <sup>4</sup>	100,0	-	99,9	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	51,0
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner) <sup>2</sup>	-	100,0	-	99,9
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210)	-	18,1	-	18,1
Clicde Participações S.A. (Clicde Participações)	-	90,6	-	90,6
Maichron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (Maichron) <sup>3</sup>	-	20,0	-	-
<b>OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:</b>				
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasilidental)	-	25,0	-	25,0
Mogidonto Planos Odontológicos Ltda. (Mogidonto) <sup>1</sup>	-	100,0	-	100,0
<b>REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:</b>				
Clicde - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clicde)	99,9	-	99,9	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	100,0
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	49,0	-
<b>EMPRESAS NO MÉXICO:</b>				
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	60,0	-
Oprev Administradora Sociedad Anônima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	60,0

<sup>1</sup> Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.

<sup>2</sup> Em 24 de maio de 2022, passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora a controlada Clicde.

<sup>3</sup> Coligada indireta adquirida pela Odontoprev Serviços em 16 de agosto de 2022.

<sup>4</sup> Em 06 de setembro de 2022, passou a ser sociedade unipessoal tendo como sua controladora a Odontoprev.

**Odontoprev Serviços:** constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista. **Easy Software:** constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista. **Dental Partner:** constituída em 14 de novembro de 2008, para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; (ii) administração em geral de bens e negócios; e (iii) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos ou bens. Em 24 de maio de 2022, a empresa passou a ser sociedade unipessoal, tendo como sua controladora, a Clicde, Controlada da Odontoprev. **SF 210:** constituída em 29 de outubro de 2020, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista. A antiga participação da Odontoprev Serviços junto à G2D foi convertida para esta empresa, mantendo-se como Coligada. **Clicde Participações:** constituída em 11 de junho de 2012, Controlada da Clicde, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionistas a Clicde e outros dois acionistas minoritários. **Maichron:** fundada em São Paulo, em 2017, é especializada em integrar tecnologias por meio de aplicação de inteligência artificial e *machine learning* para desenvolver soluções inovadoras no campo da Odontologia. Em 16 de agosto de 2022 a Odontoprev através da controlada Odontoprev Serviços, exerceu direito de conversão de mútuo em participação societária de 10% nos termos do Instrumento Particular de Mútuo Conversível e Outras Avenças celebrado em 05 de fevereiro de 2020 no total de R\$150 mil e, adicionalmente, realizou aporte de R\$425 mil elevando a participação societária da Odontoprev Serviços. **Brasilidental:** constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas. **Clicde:** constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos. **Boutique Dental:** constituída em 21 de outubro de 2011, Controlada da Clicde, com o objetivo a prestação de serviços odontológicos, participar de outras sociedades como sócia ou acionista. **Grupo Papaiz:** participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clicde Participações, Controlada em Conjunto com o Grupo Fleury. **Odontored:** constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos. Em 03 de outubro de 2022, foi concluída a compra das ações remanescentes da controlada direta Odontored e da sua controlada indireta Oprev, nos termos da opção de venda de ações exercida por sócios minoritários em março de 2020, cujo valor já se encontrava provisionado nas demonstrações financeiras. Em decorrência da transação, a Odontoprev e suas controladas passaram a ser titulares da totalidade das ações de emissão de ambas as controladas localizadas no México. **Oprev:** constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados a acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos. **Mogidonto:** constituída em 24 de junho de 1976, teve por objeto social a operação, gestão, administração e comercialização de planos de saúde privados de assistência odontológica, próprio ou de terceiros. Em 01 de julho de 2021 a Odontoprev, em consonância com o fato relevante de 22 de dezembro de 2020, adquiriu 100% do capital social da Mogidonto com sede em Mogi das Cruzes, São Paulo (notas 10 e 12). A transação foi aprovada, sem restrições, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Banco Central do Brasil (BACEN). A aquisição da Mogidonto tem como foco estratégico a disponibilização de planos odontológicos a médias e grandes empresas. Em 03 de janeiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação da Controlada Mogidonto pela Companhia, a qual, nos termos da legislação vigente, foi aprovada pela ANS em 27 de janeiro de 2022. Essa operação não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. O acervo líquido para incorporação tem a seguinte composição:

<b>Balço patrimonial</b> (em reais mil)	
<b>ATIVO</b>	<b>31 de dezembro de 2021 (acervo incorporado)</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.766</b>
Disponível (caixa e bancos)	49
Realizável	6.717
Ativos registrados contabilmente no Brasil. Quando requerido, e desde que não contrari	

**Odontoprev S.A. - CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

registrando como receita da operação somente sua taxa de administração. **(d) Financeiras:** Recetas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 2.3). **2.16. Custo de serviços:** Os serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência (nota 20). Os sinistros provenientes da Controlada Odontored são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, com base nos avisos de sinistros recebidos, juntamente com a respectiva reserva técnica de sinistros (nota 20). **2.17. Benefícios a empregados e administradores:** Em relação aos benefícios a empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) participação nos resultados e programa de incentivo de longo prazo (ILP) são classificados em despesas administrativas, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados. **2.18. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCSA):** A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não pago, é mantido no patrimônio líquido na conta "dividendo adicional proposto" até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 17.5). **2.19. Lucro por ação:** A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 25). **2.20. Normas e interpretações:** As principais normas e interpretações que afetarão a Companhia e suas Controladas estão sumarizadas a seguir: **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Adoção):** A norma entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, tendo sua aplicação postergada para 01 de janeiro de 2023 para entidades que exercem como atividade principal operações de seguros. O grupo Odontoprev por ser composto em sua maioria por operações nas quais assume riscos de seguro fez sua adoção inicial em 01 de janeiro de 2023. (a) Classificação de ativos financeiros: A norma introduz a classificação dos ativos financeiros com base em seu modelo de negócios, sendo: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). O Grupo Odontoprev realiza as classificações de ativos financeiros por meio do Teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*) que consiste em identificar se a rentabilidade dos ativos financeiros está ligada ao valor do principal mais os juros em função do valor do dinheiro no tempo. Os ativos aprovados no teste SPPI deverão ser mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes a depender da forma que o grupo o gerencia. Ativos gerenciados com objetivo de recebimento de fluxos de caixa são mensurados a custo amortizado. Já ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa por meio da manutenção do ativo e vendas são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos não aprovados no teste SPPI são classificados como valor justo por meio do resultado. A carteira do Grupo Odontoprev é constituída de títulos públicos, fundos e cotas mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Apesar do novo comportamento do passivo pela IFRS 17 não se fez necessário a reclassificação de ativos sob a norma da IFRS 9/CPC 48 com o intuito de melhorar a proteção da carteira entre ativos e passivos, visto que os impactos ocasionados pelas variações de taxas e hipóteses financeiras nos passivos não apresentam impacto significativo no resultado da Companhia. (b) *Impairment:* A norma IFRS 9/CPC 48 altera o cálculo da redução ao valor recuperável do ativo definindo a perda esperada baseada em indícios macroeconômicos. A nova metodologia de cálculo de perda é aplicável para ativos que possuem risco de crédito. O Grupo Odontoprev possui em carteira títulos públicos brasileiros emitidos em moeda nacional e por isso é entendido que não há risco de crédito e para esses ativos não haverá cálculo de perda esperada. Os demais ativos financeiros do grupo, sendo fundos e cotas, são mensurados a valor justo por meio do resultado e de acordo com a orientação da normativa não há cálculo de perda. **CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17, emitida em maio de 2017 em substituição à Norma IFRS 04 – Contratos de Seguro, estabelece mudanças no modo de mensuração, reconhecimento e divulgação dos contratos de ativos, estabelecendo metodologias específicas para cada tipo de contrato. A aplicação desta norma é mandatória para as entidades que emitem contratos de seguros, para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2023. A IFRS 17 tem por objetivo assegurar que as instituições proporcionem informações relevantes de forma que represente a natureza dos contratos de seguros e proporcione uma base que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar os efeitos que os contratos têm sobre a posição financeira, o rendimento financeiro e os fluxos de ativos de uma instituição. Para isso, estabelece-se uma série de requisitos que as empresas devem entender, interpretar e aplicar, de acordo com as características e natureza de seus contratos de seguros. (a) Impacto estimado no patrimônio líquido para a adoção do CPC 50/IFRS 17: A Administração avaliou o impacto da aplicação inicial que a nova norma terá sobre suas demonstrações financeiras e, estima-se que seja uma redução de cerca de R\$39 milhões (3%) no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2023, considerando as mudanças e ajustes exigidos. Considerando que a Companhia divulgou informações conhecidas ou razoavelmente relevantes, foi possível estimar o impacto que a aplicação da CPC 50/IFRS 17 terá em suas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial que estavam disponíveis quando as demonstrações financeiras de 2022 foram autorizadas para emissão. (b) Contratos no alcance da norma: A norma define que todo contrato que atende à definição de seguro (seguro emissor, resseguro aceito e emissor e contratos de investimentos com participação discricionária) deve estar mensurado de acordo com suas diretrizes. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emissores e considerou que os produtos de pré-pagamento da Companhia encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50/IFRS 17. Produtos pré-pagamento são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia. Com relação aos produtos de pós-pagamento, estes estão fora do alcance da CPC 50/IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, serão mensurados de acordo as regras estabelecidas pela CPC 47/IFRS 15 como contrato de serviço. (c) Nível de agregação dos contratos: A norma define que os contratos de seguro devem ser agrupados com base em riscos similares e gerenciamento em conjunto, os quais são segregados por safras (cortes anuais) e, em seguida, divididos em categorias: (i) grupos de contrato que são onerosos em seu reconhecimento inicial; e (ii) grupos de contrato que, em seu reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos futuramente. Por fim, além dos grupos de contrato citados, ainda há os grupos de contrato remanescentes na carteira. Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, segundo a norma, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total formam uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquida para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, este deve ser considerado, segundo a norma, de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações. Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições da nova norma. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos da Companhia, sendo assim, não houve impacto em termos de resultado em comparação com a IFRS 4. (d) Limites de contrato: Segundo a CPC 50/IFRS 17, para contratos de seguro, os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato. Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurador optou por deixar o plano contratado, visto que a seguradora não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da taxa de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão (CORP e PME), o limite de contrato quando o plano for projetado em contraprestações, é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas. O cálculo da Provisão de Cobertura Remanescente (PCR) dos contratos mensurados pelo modelo simplificado (PAA) é similar ao cálculo da atual PCNG. O conceito de PCR e modelos de mensuração serão definidos à frente. A Odontoprev avaliou os limites de seus contratos de seguros emissores à luz dos conceitos trazidos pela CPC 50/IFRS 17 e não identificou alterações relevantes quando comparados àqueles já aplicados sob a ótica da CPC 11/IFRS 4. (e) Separação dos componentes de contrato: A IFRS 17 distingue três tipos diferentes de componentes que devem ser contabilizados separadamente caso cumpridos certos critérios: • Derivativos embutidos; • Componente de investimentos; e • Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos. Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado em CPC 50/IFRS 17. (f) Mensuração dos contratos: O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR), representa a obrigação da entidade de investigar e pagar sinistros válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços de contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por sinistros incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral (BBA), Modelo de Taxa Variável (VFA) e Modelo de Alocação de Contraprestação (PAA). O Modelo Geral – BBA da CPC 50/IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Odontoprev prevê a aplicação do modelo geral para os contratos dos Planos Pessoa Física – PF, pois, além de ser o modelo padrão da norma, os contratos caracterizam-se por serem de longo prazo. Além do Modelo Geral, a CPC 50/IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Contraprestação – PAA. Esse modelo simplificado é aplicável, segundo a norma, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com limites acima de 1 ano, de acordo com o requerido pela norma CPC 50/IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia necessitou avaliar se a mensuração, se utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão – BBA. Os testes de aderência devem ser realizados anualmente. (g) Estimativa de fluxos de caixa futuros: Os itens considerados como fluxos de caixa futuros tanto de entrada, quanto de saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, os cancelamentos são refletidos, nos contratos de longo prazo, através da taxa de permanência (tábuca de permanência da marca/produto); (ii) pagamentos, incluindo eventos, eventos ocorridos e não avisados, e todos os eventos futuros; (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuído à carteira a qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que deve ser entendido como outros custos operacionais; (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, aluguel e manutenção), denominado despesas administrativas, diretamente atribuídas ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações. (h) Taxa de desconto: Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETJ, sobre a qual se acrescenta o risco de liquidez. O risco de liquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da seguradora. A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*. Em comparação com o que havia sido utilizado anteriormente, considerando as diretrizes previstas pela IFRS 4, não houve alterações significativas no valor da mesma pois, nos períodos analisados, dado a política de ALM da Companhia, o risco de liquidez encontrado foi nulo. (i) Ajuste de risco (RA): O Ajuste de Risco (RA – *Risk Adjustment*) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro. Segundo a CPC 50/IFRS 17, a entidade deve divulgar o nível de confiança utilizado para determinar o ajuste de risco não financeiro. Entretanto, se a entidade utiliza uma técnica diferente da técnica de nível de confiança para calcular o ajuste de risco, ela deve divulgar qual a técnica utilizada e o nível de confiança equivalente desta técnica. Levando em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, visto que a mesma não possui modelo interno de risco para aplicação da metodologia de nível de confiança, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. Entre as desvantagens do método de custo de capital, destacam-se a necessidade de cálculo do custo de capital para os riscos não financeiros e as complexidades tanto de projetar os requisitos de capital futuros, quanto para estimar o percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado pela Odontoprev é de 59%. O conceito do RA é um conceito novo trazido pela CPC 50/IFRS 17 como parte da mensuração dos passivos de contratos de seguros, portanto a totalidade de seu efeito nesses passivos representa uma mudança em relação à norma anterior (CPC 11/IFRS 4). (j) Alocação da margem contratual de serviço (CSM): O valor da margem contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à margem contratual de seguro no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período. Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral (BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM. A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com base nos fluxos de saída, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial. Com relação a CPC 11/IFRS 4, assim como o RA, houve alterações significativas em comparação a CPC 50/IFRS 17, sendo que a partir de agora a receita será apropriada ao resultado de forma mais lenta, pois sua apropriação será baseada na prestação do serviço. (k) Transição: Segundo a norma, a entidade deve aplicar a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contrato de seguro na data de transição. A entidade não adotará a abordagem retrospectiva total quando esta for impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a Abordagem Retrospectiva Modificada ou a Abordagem do Valor Justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da Abordagem Retrospectiva Modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a Abordagem do Valor Justo. Abaixo tem-se detalhado as três formas de mensuração: **Abordagem Retrospectiva Total:** O método retrospectivo completo consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos. A entidade, segundo a CPC 50/IFRS 17, deve: • Identificar, reconhecer e mensurar cada grupo de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a participação discricionária como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada; • Identificar, reconhecer e mensurar quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros como se a IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (exceto se a entidade não é obrigada a aplicar a avaliação de recuperabilidade antes da data de transição); • Desreconhecer quaisquer saldos existentes que não existiriam caso a CPC 50/IFRS 17 sempre tivesse sido aplicada (incluindo alguns custos de aquisição diferidos, provisões para taxas atribuídas a contratos de seguro existentes e ativos intangíveis relacionados a clientes de contratos de seguro adquiridos); • Reconhecer qualquer diferença líquida resultante no patrimônio líquido. Em resumo, tem-se que: • Agrupamento de contratos: agrupamento por ano de subscrição e características do momento de reconhecimento inicial (onerosos, não onerosos ou não onerosos com possibilidade de se converter em onerosos); • Fluxos esperados de caixa iniciais: estimativa dos fluxos de caixa esperados no momento da venda do contrato, com base na hipótese desse momento; • Taxa de desconto: utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50/IFRS 17 (*Top Down* x *Bottom-Up*) com informação do momento de reconhecimento inicial; • *Risk Adjustment:* cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento de reconhecimento inicial. **Abordagem Retrospectiva Modificada:** O objetivo da abordagem retrospectiva modificada é alcançar o resultado mais próximo da Abordagem Retrospectiva Total possível, utilizando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Esta abordagem deve ser aplicada apenas se entidade não possui informações razoáveis e sustentáveis para aplicar a Abordagem Retrospectiva Total. O método Retrospectivo Modificado permite aplicar algumas simplificações, entre elas: • **Avaliações iniciais:** possibilidade de aplicar agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição (se não existe informação razoável); • **Fluxos de caixa:** (a) Fluxos anteriores à data de transição: consideram-se os fluxos reais observados nos contratos desde o momento da sua emissão (prêmios, gastos, sinistros, etc.), incluindo aqueles que correspondem a contratos não vigentes atualmente. (b) Fluxos posteriores à data de transição: calculam-se os fluxos futuros com base em hipóteses realistas obtidas com a informação atual. • *Risk Adjustment:* pode-se calcular considerando as hipóteses atuais e liberando com produtos atuais. • **Taxa de desconto:** é possível utilizar a curva de referência equivalente à curva exigida em pelo menos 3 anos anteriores. Se não existe, ajustar-se a uma curva de referência com o *spread* médio entre a curva exigida. **Abordagem do Valor Justo (Fair Value):** A Abordagem do valor justo possui as seguintes características na transição: • **Agrupamento de contratos:** permite-se o agrupamento de contratos de distintos anos de subscrição; • **Fluxos esperados de caixa iniciais:** permite-se obter os fluxos futuros de caixa com base em hipóteses realistas correspondentes ao momento da avaliação; • **Taxa de desconto:** utilização da curva de desconto obtida de acordo com os requisitos da CPC 50/IFRS 17 (*Top-Down* x *Bottom-Up*) com informação do momento de transição; • *Risk Adjustment:* cálculo baseado nas hipóteses vigentes no momento da transição; • **Aplicação ORA (Outros Resultados Abrangentes):** as receitas e gastos acumulados no ORA na data de transição (se opção ORA é aplicada). Para os grupos de contrato mensurados através do modelo simplificado (PAA), grupos CORP e PME, a metodologia de transição será a Retrospectiva Total. Já para o grupo PF, mensurado por BBA, a metodologia utilizada será a *Fair Value*, especificamente, para os contratos emissores até 2020. Para os contratos emissores a partir de 2021, a metodologia de transição será Retrospectiva Total. A metodologia *Fair Value* será aplicada no período indicado devido à ausência de dados consistentes disponíveis para aplicação da metodologia Retrospectiva Total por grupo de contratos. Desse modo, a metodologia Retrospectiva Total é aplicada a partir do período em que os contratos emissores possuem todas as informações necessárias para sua mensuração e contabilização por grupo de contratos. É importante destacar que a partir da metodologia *Fair Value*, a margem contratual de seguro (CSM) representa a diferença entre o Valor Justo determinado pela organização e os fluxos de caixa de cumprimento em CPC 50/IFRS 17 nesta data, somados ao ajuste de risco não financeiro (RA). Segue abaixo um resumo dos grupos de contrato e metodologias de transição utilizadas:

Grupo de Contrato	Transição	
	Metodologia de Transição	Metodologia de Transição
Planos Pessoa Física - PF (emissão até 2020)	Fair Value	Fair Value
Planos Pessoa Física - PF (emissão a partir de 2021)	Retrospectiva Total	Retrospectiva Total
Planos Coletivos CORP	Retrospectiva Total	Retrospectiva Total
Planos Coletivos PME/SPG/MPE	Retrospectiva Total	Retrospectiva Total

Os valores de transferência do *fair value* serão obtidos através da abordagem de receita da CPC 46/IFRS 13. (l) Divulgação e apresentação: A CPC 50/IFRS 17 exige novas divulgações extensas sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, incluindo reconciliações detalhadas de contratos, efeitos de contratos recém-reconhecidos e informações sobre o padrão de emergência esperado do CSM, bem como divulgações sobre julgamentos significativos feitas ao aplicar a CPC 50/IFRS 17. Há também divulgações expandidas sobre a natureza e extensão a riscos de contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com a participação discricionária. As divulgações geralmente serão feitas em um nível mais granular do que sob a CPC 11/IFRS 4, fornecendo mais informações transparentes para avaliar os efeitos dos contratos nas demonstrações financeiras.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (notas 2.8 e 13) e (ii) avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas (notas 2.13 e 16.1). **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As incertezas sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.4 a 6), (ii) avaliação de créditos tributários diferidos (notas 2.5.1 (a) e 9.1), (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (notas 2.5.1 (e), 2.6 e 12.1) e (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente (notas 2.5.1 (d), 2.12 e 26). **4. Gerenciamento de riscos:** Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam políticas e estratégias consideradas adequadas pela Administração. As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. Desde outubro de 2022, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos, órgão subordinado à Presidência e que avalia e monitora as exposições de risco, apoiando o Comitê de Auditoria. **4.1. Fatores de risco financeiro: 4.1.1. Risco de mercado (taxa de juros):** Advm da possibilidade da Companhia e de suas Controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras. A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em fundos de curto prazo e títulos públicos federais, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua maioria, exposta a juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 86,0% e 83,7% (58% e 55,9% em 31 de dezembro de 2021) estão aplicados em títulos públicos federais, 14% e 16,3% (42% e 42,6% em 31 de dezembro de 2021) estão aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa Selic/CDI. Em atendimento ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: evidênciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

	Companhia									
	31 de dezembro de 2022 (nota 6)					31 de dezembro de 2021				
	Indexados ao SELIC/CDI	Indexados ao IPCA + prefixado	NTN-B	NTN-F	LTN	Indexados ao SELIC/CDI	Indexados ao IPCA + prefixado	NTN-B	NTN-F	LTN
Nível hierárquico <sup>2</sup>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Aplicações	104.614	-	471.331	-	124.384	-	471.331	-	124.384	48.087
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	11,75%	12,291	4,32%	5,30%	45,357	9,52%	11,847	13,02%	16,198	85,693
Queda 2,0 p.p.	9,75%	10,199	-	3,30%	35,930	-	11,847	-	16,198	74,174
Queda 3,0 p.p.	8,75%	9,153	-	2,30%	31,217	-	11,847	-	16,198	68,415
Elevação 2,0 p.p.	13,75%	14,384	-	7,30%	54,783	-	11,847	-	16,198	97,212
Elevação 3,0 p.p.	14,75%	15,430	-	8,30%	59,497	-	11,847	-	16,198	102,972

<sup>1</sup> Baseado no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 30 de dezembro de 2022.

<sup>2</sup> Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).

<sup>3</sup> A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos prefixados

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2022 (nota 6)					31 de dezembro de 2021				
	Indexados ao SELIC/CDI	Indexados ao Bond mexicano	Indexados ao IPCA + prefixado	NTN-B	NTN-F	LTN	Indexados ao SELIC/CDI	Indexados ao Bond mexicano	Indexados ao IPCA + prefixado	NTN-B
Nível hierárquico <sup>2</sup>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Aplicações	127.381	8.211	-	471.331	-	124.384	-	471.331	-	48.087
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:										
Provável	11,75%	14,967	9,99%	820	4,32%	5,30%	45,357	9,52%	11,847	13,07%
Queda 2,0 p.p.	9,75%	12,419	7,99%	656	-	3,30%	35,930	-	11,847	16,198
Queda 3,0 p.p.	8,75%	11,145	6,99%	574	-	2,30%	31,217	-	11,847	16,198
Elevação 2,0 p.p.	13,75%	17,514	11,99%	984	-	7,30%	54,783	-	11,847	16,198
Elevação 3,0 p.p.	14,75%	18,788	12,99%	1.067	-	8,30%	59,497	-	11,847	16,198

<sup>1</sup> Baseado no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 30 de dezembro de 2022.

<sup>2</sup> Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).

<sup>3</sup> Taxas disponíveis no Banco Central do México.

<sup>4</sup> A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos prefixados. A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação. Do total das aplicações financeiras R\$748.416 referem-se a Companhia e R\$390.978 referem-se às demais empresas Controladas.

	31 de dezembro de 2022										31 de dezembro de 2021									
	Rendimento médio					Rendimento médio					Rendimento médio					Rendimento médio				
	Companhia	Consolidado	% do CDI	Companhia	Consolidado	% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP	CP	LP	CP	LP				
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	F1+	AAA	P-3	Baa3	brA-1+	brAAA			
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA			
Banco Bradesco S.A.	104.614	127.381	94,9%	289.303	303.481	104,2%	F1+	AAA	NP	Ba1	brA-1+	brAAA	-	-	-	-	-			
Governo brasileiro	643.802	643.802	72,6%	399.487	399.487	106,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Governo mexicano	-	8.211	-	-	10.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	748.416	779.394	-	688.790	714.627	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

**4.1.2. Risco de crédito:** Advm da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das aplicações financeiras, contraprestações e serviços prestados (notas 6, 7 e 19). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber e apura a provisão para perdas sobre créditos (nota 2.4.4). A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. **4.1.3. Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e de suas Controladas e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores dos contratos de seguro. Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente dos contratos odontológicos e individuais na modalidade pré-pagamento, o que ocorre em sua maioria na primeira quinzena de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos na rede credenciada, que são os principais fornecedores, transcorrem, na sua maioria, no início de cada mês. Tratam-se de ativos e passivos de curto prazo. **4.2. Risco de subscrição:** O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Odontoprev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados. No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores: **Modelo de risco:** pré-pagamento, taxa mensal *per capita*; **Modelo de atendimento:** define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

★ continuação

**Odontoprev S.A. - CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

31 de dezembro de 2020	Movimentação da carteira de investimentos - Companhia										
	Valor justo através do resultado					Custo amortizado					
	CDBs	FI ANS	FI renda fixa	LFT	LF	Total	NTN-B¹	NTN-F²	LTN	Total	
3.723	—	523.763	132.897	21.882	—	682.265	16.541	—	—	16.541	698.806
Incorporação Rede Dental³	—	886	5.209	—	—	6.095	—	—	—	—	6.095
Aplicações	—	—	899.799	—	3.293	903.092	260.797	108.492	3.000	369.289	1.272.381
(-) Resgates	(3.751)	(888)	(1.156.054)	(134.768)	(25.382)	(1.320.843)	(15.637)	(4.868)	—	(20.505)	(1.341.348)
Rendimentos	28	2	16.586	1.871	207	18.694	24.993	6.133	36	31.126	49.820
<b>31 de dezembro de 2021</b>	—	—	<b>289.303</b>	—	—	<b>289.303</b>	<b>286.694</b>	<b>109.757</b>	<b>3.036</b>	<b>399.487</b>	<b>688.790</b>
Incorporação Mogidonto³	—	883	—	—	—	883	—	—	—	—	883
Aplicações	—	—	976.885	—	—	976.885	170.954	26.770	40.995	238.719	1.215.604
(-) Resgates	—	(934)	(1.186.446)	—	—	(1.187.380)	(21.096)	(22.322)	—	(43.417)	(1.230.797)
Rendimentos	—	51	24.872	—	—	24.923	34.779	10.179	4.056	49.013	79.936
<b>31 de dezembro de 2022</b>	—	—	<b>104.614</b>	—	—	<b>104.614</b>	<b>471.331</b>	<b>124.384</b>	<b>48.087</b>	<b>643.802</b>	<b>748.416</b>

¹ Resgates correspondentes a recebimento de cupom de juros

² Controlada incorporada em 04 de janeiro de 2021.

³ Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.

**11. Imobilizado:**

31 de dezembro de 2020	Movimentação imobilizado - Companhia										
	Valor justo através do resultado					Custo amortizado					
	CDBs	FI ANS	FI renda fixa	LFT	LF	Total	NTN-B¹	NTN-F²	LTN	Total	
3.723	—	523.763	132.897	21.882	—	682.265	16.541	—	—	16.541	698.806
Incorporação Rede Dental³	—	886	5.209	—	—	6.095	—	—	—	—	6.095
Aplicações	—	—	899.799	—	3.293	903.092	260.797	108.492	3.000	369.289	1.272.381
(-) Resgates	(3.751)	(888)	(1.156.054)	(134.768)	(25.382)	(1.320.843)	(15.637)	(4.868)	—	(20.505)	(1.341.348)
Rendimentos	28	2	16.586	1.871	207	18.694	24.993	6.133	36	31.126	49.820
<b>31 de dezembro de 2021</b>	—	—	<b>289.303</b>	—	—	<b>289.303</b>	<b>286.694</b>	<b>109.757</b>	<b>3.036</b>	<b>399.487</b>	<b>688.790</b>
Incorporação Mogidonto³	—	883	—	—	—	883	—	—	—	—	883
Aplicações	—	—	976.885	—	—	976.885	170.954	26.770	40.995	238.719	1.215.604
(-) Resgates	—	(934)	(1.186.446)	—	—	(1.187.380)	(21.096)	(22.322)	—	(43.417)	(1.230.797)
Rendimentos	—	51	24.872	—	—	24.923	34.779	10.179	4.056	49.013	79.936
<b>31 de dezembro de 2022</b>	—	—	<b>104.614</b>	—	—	<b>104.614</b>	<b>471.331</b>	<b>124.384</b>	<b>48.087</b>	<b>643.802</b>	<b>748.416</b>

¹ Resgates correspondentes a recebimento de cupom de juros

² Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022. (Nota 1).

³ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação.

31 de dezembro de 2020	Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado										
	Valor justo através do resultado					Custo amortizado					
	CDBs	FI ANS	FI renda fixa	LFT	LF	Total	NTN-B¹	NTN-F²	LTN	Total	
3.723	—	523.763	132.897	21.882	8.746	701.999	16.541	—	—	16.541	718.540
Consolidação Mogidonto²	—	761	3.933	—	—	4.694	—	—	—	—	4.694
Aplicações	—	100	975.932	—	3.293	1.075.225	260.797	108.492	3.000	372.290	1.456.718
(-) Resgates	(3.751)	(888)	(1.227.427)	(134.768)	(25.382)	(1.495.835)	(15.637)	(4.868)	—	(20.505)	(1.516.340)
Rendimentos	28	24	17.288	1.871	207	19.854	24.992	6.133	36	31.161	51.015
<b>31 de dezembro de 2021</b>	—	—	<b>303.591</b>	—	—	<b>303.591</b>	<b>286.694</b>	<b>109.757</b>	<b>3.036</b>	<b>399.487</b>	<b>714.627</b>
Aplicações	—	—	1.070.029	—	—	1.070.029	170.954	26.770	40.995	238.719	1.383.239
(-) Resgates	—	(934)	(1.273.775)	—	—	(1.273.775)	(21.096)	(22.322)	—	(43.418)	(1.395.741)
Rendimentos	—	51	27.536	—	—	27.587	34.779	10.179	4.056	49.014	77.269
<b>31 de dezembro de 2022</b>	—	—	<b>127.381</b>	—	—	<b>127.381</b>	<b>471.331</b>	<b>124.384</b>	<b>48.087</b>	<b>643.802</b>	<b>779.394</b>

¹ Resgates correspondentes a recebimento de cupom de juros.

² Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.

Suficiência das aplicações financeiras garantidoras (de acordo com a RN 393/2015 alterada pela RN 531/2022 da ANS)			
	Companhia		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
<b>Provisões técnicas</b>			
PESEL (acima de 30/60 dias)	Passivo circulante	12.814	13.494
PEONA	Passivo circulante	101.116	98.534
<b>Vínculo exigido pela ANS</b>		<b>113.930</b>	<b>112.028</b>
PESEL (total)	Passivo circulante	68.197	54.969
PEONA	Passivo circulante	101.116	98.534
<b>Garantia exigida pela ANS</b>		<b>169.313</b>	<b>153.503</b>
<b>Vínculo e garantia das provisões técnicas</b>			
NTN-B	Ativo circulante	4.952	—
NTN-B	Ativo não circulante	112.995	113.727
NTN-F	Ativo não circulante	53.774	41.862
<b>Aplicações financeiras vinculadas</b>		<b>171.721</b>	<b>155.589</b>
NTN-B	Ativo não circulante	17.474	16.843
NTN-F	Ativo não circulante	6.799	6.838
Aplicações financeiras garantidoras		195.994	179.270

**7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes):**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber (faturas)	184.042	160.514	178.261	161.419
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(23.466)	(24.447)	(23.253)	(24.797)
<b>Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber</b>	<b>160.576</b>	<b>136.067</b>	<b>155.008</b>	<b>136.622</b>
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis (notas de débito)	1.313	811	1.313	811
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	—	(2)	—	(2)
<b>Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis</b>	<b>1.313</b>	<b>809</b>	<b>1.313</b>	<b>809</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde (faturas operadoras)	9.394	8.455	5.191	8.455
<b>Operadoras de planos de assistência à saúde</b>	<b>9.394</b>	<b>8.455</b>	<b>5.191</b>	<b>8.455</b>
Outros créditos com planos de assistência à saúde (seguros)	—	—	13.055	11.307
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)</b>	<b>171.283</b>	<b>145.331</b>	<b>174.567</b>	<b>157.193</b>
Faturas, notas de débito, operadoras e seguros	194.749	169.780	197.820	181.993
Provisão para perdas sobre créditos	(23.466)	(24.449)	(23.253)	(24.800)
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)¹</b>	<b>171.283</b>	<b>145.331</b>	<b>174.567</b>	<b>157.193</b>

¹ Na Companhia, os valores a receber incluem a contraprestação e taxa de administração dos produtos de pós-pagamento, conforme prevê a normativa da ANS.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Faturas, notas de débito e operadoras sobre créditos	184.042	160.514	178.261	161.419
Provisão para perdas sobre créditos	(23.466)	(24.447)	(23.253)	(24.797)
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento</b>	<b>160.576</b>	<b>136.067</b>	<b>155.008</b>	<b>136.622</b>
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	1.313	811	1,313	811
Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	—	(2)	—	(2)
<b>Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis</b>	<b>1,313</b>	<b>809</b>	<b>1,313</b>	<b>809</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde (faturas operadoras)	9.394	8.455	5.191	8.455
<b>Operadoras de planos de assistência à saúde</b>	<b>9.394</b>	<b>8.455</b>	<b>5.191</b>	<b>8.455</b>
Outros créditos com planos de assistência à saúde (seguros)	—	—	13.055	11.307
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)</b>	<b>171.283</b>	<b>145.331</b>	<b>174.567</b>	<b>157.193</b>
Faturas, notas de débito, operadoras e seguros	194.749	169.780	197.820	181.993
Provisão para perdas sobre créditos	(23.466)	(24.449)	(23.253)	(24.800)
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)¹</b>	<b>171.283</b>	<b>145.331</b>	<b>174.567</b>	<b>157.193</b>

¹ Na Companhia, os valores a receber incluem a contraprestação e taxa de administração dos produtos de pós-pagamento, conforme prevê a normativa da ANS.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Faturas, notas de débito e operadoras sobre créditos	184.042	160.514	178.261	161.419
Provisão para perdas sobre créditos	(23.466)	(24.447)	(23.253)	(24.797)
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento</b>	<b>160.576</b>	<b>136.067</b>	<b>155.008</b>	<b>136.622</b>
Vencimento				
A vencer	130.341	119.400	133.978	131.083
Vencidas até 30 dias	34.985	32.087	34.584	31.732
Vencidas de 31 a 60 dias	11.230	7.535	11.187	6.412
Vencidas de 61 a 90 dias	4.665	954	4.620	958
Vencidas acima de 91 dias	13.528	574	13.451	482
	<b>194.749</b>	<b>171.283</b>	<b>197.820</b>	<b>174.567</b>

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Faturas	184.042	160.514	178.261	161.419
Notas de débito	1.313	811	1.313	811
Faturas - operadoras	9.394	8.455	5.191	8.455
Seguros	—	—	13.055	11.308
	<b>194.749</b>	<b>169.780</b>	<b>197.820</b>	<b>181.993</b>
PPSC: saldo inicial	(24.449)	(24.449)	(24.798)	(30.738)
PPSC: provisões (reversões) constituídas	(47.477)	(48.663)	(47.738)	(48.920)
PPSC: perdas efetivas	48.460	54.771	49.283	54.858
	<b>(23.466)</b>	<b>(24.449)</b>	<b>(23.253)</b>	<b>(24.800)</b>
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)</b>	<b>171.283</b>	<b>145.331</b>	<b>174.567</b>	<b>157.193</b>
Adiantamentos de clientes	527	—	527	(1.703)
<b>Clientes, líquido</b>	<b>171.810</b>	<b>145.331</b>	<b>175.094</b>	<b>155.490</b>

**8. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar):**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
INSS	143	143	143	152
IRPJ	14.574	8.059	16.363	9.921
CSLL	2.373	1.090	4.191	3.170
IRRF	114	321	1.058	1.600
PIS e COFINS	162	72	2.258	2.169
ISS	1.191	1.565	1.191	1.568
Outros	18.557	11.250	25.915	19.912
Ativo Circulante	1.610	11.250	8.968	19.912
Ativo Não Circulante	16.947	—	16.947	—
	<b>18.557</b>	<b>11.250</b>	<b>25.915</b>	<b>19.912</b>

**IRPJ e CSLL:** Saldo de IRPJ compostos por antecipações do ano corrente e de anos anteriores, e saldo de CSLL composto por créditos de anos anteriores, ambos oriundos de inovação tecnológica, sujeitos à homologação pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações). **ISS:** Créditos sobre as retenções indevidas de ISS, nos municípios do Rio de Janeiro e Curitiba, por clientes que requerem a inscrição da Odontoprev junto ao Cadastro de Prestadores de Serviços de Outros Municípios (COPOM). Tal retenção é considerada inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Neste sentido, a Companhia possui processo judicial para afastar a necessidade de inscrição no COPOM, bem como reaver os valores retidos pelos seus clientes.

**9. Realizável a longo prazo:**

**9.1. IRPJ/CSLL diferidos - ativo e passivo:**

**Odontoprev S.A. - CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Tributos a recolher (obrigações fiscais):**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>	<b>8.458</b>	<b>1.018</b>	<b>8.944</b>	<b>1.468</b>
IRPJ	6.065	788	6.436	1.107
CSLL	2.393	230	2.508	361
<b>Demais obrigações fiscais federais</b>	<b>14.403</b>	<b>12.522</b>	<b>16.925</b>	<b>15.366</b>
COFINS	4.716	4.262	5.008	4.557
PIS	786	693	755	753
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.309	1.278	1.339	1.314
IRRF	7.142	5.165	7.516	5.939
IVA¹	-	-	1.735	1.652
Taxa ANS	-	603	-	603
Parcelamento de tributos²	461	515	461	515
Outras	9	6	36	31
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105</b>	<b>61</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>	<b>9.628</b>	<b>9.357</b>	<b>9.818</b>	<b>9.684</b>
	<b>32.489</b>	<b>22.897</b>	<b>35.792</b>	<b>26.579</b>

¹ Imposto sobre Valor Agregado proveniente da Controlada Odontored.  
² Parcelamentos provenientes da Odonto System (nota 16.2) incorporada em 02 de janeiro de 2019.

**15. Outras contas a pagar:**

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Provisões diversas</b>	<b>22.484</b>	<b>24.167</b>	<b>25.019</b>	<b>24.830</b>
Comissões	4.975	4.032	4.975	4.032
Suporte TI e atendimento	1.280	1.240	1.280	1.249
Telecomunicações	326	309	326	309
Serviços	1.790	2.145	1.940	2.726
Viagens	-	-	49	-
Eventos indenizáveis	-	6.188	-	6.188
Livre escolha³	13.685	9.900	13.685	9.900
Ações de Marketing	371	329	2.756	351
Seguros	57	24	57	26
<b>Devolução INSS⁴</b>	<b>19.036</b>	<b>17.913</b>	<b>19.036</b>	<b>17.913</b>
<b>Créditos a identificar⁵</b>	<b>15.541</b>	<b>7.031</b>	<b>15.623</b>	<b>7.031</b>
<b>Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69</b>	<b>82</b>
<b>Outros</b>	<b>301</b>	<b>460</b>	<b>6.418</b>	<b>4.711</b>
	<b>57.362</b>	<b>49.571</b>	<b>66.165</b>	<b>54.567</b>

¹ Provisões de planos individuais com livre escolha de profissionais junto ao canal bancário (nota 19).  
² Refere-se a valores a serem ressarcidos aos clientes devido ao êxito obtido no processo judicial relativo ao INSS.  
³ Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados.

**16. Não circulante:**

**16.1. Provisões para ações judiciais:**

	Companhia					Consolidado	
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021		
	Fiscal	Cíveis	Previdenciárias e trabalhistas	Total			
<b>Movimentações</b>	<b>TPS¹</b>	<b>Outros</b>	<b>ANS²</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>	
Saldo inicial	42.912	45	18.070	1.745	2.020	64.792	
Incorporação Mogidonto²	-	1.509	-	-	-	1.509	
Constituição	-	504	23.305	5.940	1.661	31.410	
Baixas (pagamentos/reversões)	(38.831)	(605)	(15.842)	(5.121)	(2.330)	(62.729)	
Atualização monetária	(4.081)	2	3.043	73	18	(945)	
<b>Provisão</b>	<b>-</b>	<b>1.455</b>	<b>28.576</b>	<b>2.637</b>	<b>1.369</b>	<b>34.037</b>	
						903	

¹ Corresponde à provisão para pagamento de TPS conforme descrito no item (a) (i).  
² Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022.  
³ Trata-se de Auto de Infração lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

	Companhia					Consolidado	
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021		
	Fiscal	Cíveis	Previdenciárias e trabalhistas	Total			
<b>Movimentações</b>	<b>TPS¹</b>	<b>Outros</b>	<b>ANS²</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>	
Saldo inicial	42.911	2.712	18.070	1.745	2.419	67.857	
Constituição Mogidonto²	-	504	23.305	5.940	1.670	31.419	
Baixas (pagamentos/reversões)	(38.831)	(605)	(15.842)	(5.120)	(2.539)	(62.937)	
Atualização monetária	(4.080)	2	3.042	73	28	(935)	
<b>Provisão</b>	<b>-</b>	<b>2.613</b>	<b>28.576</b>	<b>2.638</b>	<b>1.578</b>	<b>35.404</b>	
						916	

¹ Corresponde à provisão para pagamento de TPS conforme descrito no item (a) (i).  
² Controlada adquirida em 01 de julho de 2021.  
³ Trata-se de Auto de Infração lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores relativos às perdas possíveis não provisionadas na Companhia e suas Controladas totalizaram (i) R\$5.587 - 21 processos trabalhistas; (ii) R\$49.442 - 1.372 processos cíveis; e (iii) R\$48.806 - 35 processos tributários (em 31 de dezembro de 2021 os valores totalizaram (i) R\$10.348 - 50 processos trabalhistas; (ii) R\$83.469 - 1.737 processos cíveis e; (iii) R\$22.940 - 30 processos tributários). (a) **Fiscais:** (i) Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde (TPS): A Companhia e a incorporada Rede Dental pleitearam, conjuntamente, através de ação judicial distribuída em 16 de agosto de 2017, a destituição da obrigatoriedade da TPS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Após a distribuição da ação, houve o deferimento da tutela de urgência (liminar) determinando a suspensão da exigibilidade da TPS, ocorrendo, em 7 de maio de 2018, o julgamento favorável para declarar incabível a incidência da taxa, condenando a ANS a restituir os valores recolhidos desde 16 de agosto de 2012 (considerando o período de 5 anos anteriores a distribuição do processo, que ocorreu em 16 de agosto de 2017). A ANS interpôs Recurso de Apelação, porém, por unanimidade, os desembargadores votaram pelo integral improvemento do pleito recursal, ocorrendo a intimação das partes em 03 de fevereiro de 2022. Decisão favorável transitada em julgado em 04 de abril de 2022. Em seguida ao trânsito em julgado da ação de forma favorável à Companhia, em 27 de julho de 2022, houve apresentação do respectivo cumprimento de sentença, onde apresentou-se cálculos no valor de R\$42.375 para fins de restituição, ocasião em que a ANS concordou com os cálculos apresentados, porém impugnou os honorários advocatícios. O reconhecimento do ativo será contabilizado tão logo sejam finalizados os trâmites operacionais para inscrição do precatório, momento que o crédito será líquido e certo. (ii) COFINS: A Controlada Clidec pleiteou através de ação judicial a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC7/1970 e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos à alíquota de 3%. Houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS. A Clidec aguarda deferimento de seu pedido de compensação dos valores devidos decorrentes da decisão parcialmente procedente. O valor envolvido e provisionado é de R\$1.158. A probabilidade de perda da discussão judicial atual é possível. (b) **Previdenciárias e trabalhistas:** (i) INSS: A incorporada Rede Dental questionou judicialmente o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, cuja decisão foi favorável e o processo transitado em julgado em 12 de setembro de 2019. A empresa está em fase do processo de compensação dos créditos referentes aos períodos anteriores ao ajuizamento da ação, ainda não deferido. (ii) Outras: A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; e (v) indenizações. (c) **Cíveis:** A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto em sua maioria, é indenização por danos materiais e morais. (d) **Autos de infração - stock options:** Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, a seguir resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012. (i) Autos de Infração referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, acumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes atualizados em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 33.443 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$ 5.399 (terceiros). Impugnação apresentada, sobre o Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto - São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao lock-up da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF. Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao lock-up anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, o qual não foi admitido pela turma recursal tendo a Companhia tomado ciência de tal decisão em 17 de janeiro de 2020. Atualmente, aguarda-se a inclusão em pauta do Recurso Especial para julgamento. A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível. (ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$22.044, atualizados até 31 de dezembro de 2022. Impugnação apresentada, sobre o Acórdão da 3ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto - São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao lock-up da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF. Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao lock-up anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, o qual não foi admitido de modo que a Odontoprev apresentou recurso especial junto ao CARF em janeiro de 2020. Em dezembro de 2021, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) concedeu parcialmente o Recurso Especial interposto e negou provimento na parte conhecida. Em fevereiro de 2022, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa. Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia ajuizou a ação anulatória nº 1012050-55.2023.4.01.3400, em trâmite perante a 4ª Vara do Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), com apresentação de seguro garantia, cuja probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema. A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na Reunião do Conselho da Administração, de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e de seus beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuem ou venham a possuir bens arrolados ou que sejam necessárias garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários.

**16.2. Parcelamento de tributos e contribuições:**

	Companhia e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Previdenciários	405	663
Débitos federais	489	852
<b>Passivo não circulante</b>	<b>894</b>	<b>1.515</b>
Previdenciários	194	215
Débitos federais	267	300
<b>Passivo circulante (nota 14)</b>	<b>461</b>	<b>515</b>

Parcelamentos de débitos referentes à diversos tributos federais e contribuições previdenciária da incorporada Odonto System a serem liquidados até setembro de 2024.

**16.3. Outras exigibilidades:** Trata-se de valores a pagar em decorrência de aquisição de Controladas, algumas delas já incorporadas pela Companhia.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Grupo Papaiz	-	-	-	1.323
Odonto System¹	11.807	13.648	11.807	13.648
Mogidonto	7.150	-	7.150	7.126
Boutique Dental	-	-	-	4.665
	<b>18.957</b>	<b>13.648</b>	<b>18.957</b>	<b>26.762</b>

¹ Provisão para riscos potenciais de empresas adquiridas, em contrapartida a outros créditos a receber (nota 9.3).

**16.4. Investimentos a pagar:** Conforme contratos de compra e venda, para garantir a obrigação de indenizar das vendedoras, a Companhia mantém parcela de investimento a pagar: (i) Odonto System - com liquidação em 5 anos mediante liberação de 20% a cada aniversário do contrato; e (ii) Mogidonto - liquidação em 6 parcelas iguais na data de aniversário do contrato.

	Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial	21.758	15.993	21.767	16.001
(+) Investimento e PPA - Mogidonto¹	-	7.541	-	7.541
(-) Pagamento - Odonto System	(291)	(1.781)	(292)	(1.781)
(+) Atualização monetária	1.720	538	1.720	538
(-) Combinação de negócio - Mogidonto e Boutique	(1.158)	-	(1.158)	-
(-) Baixa de contingências	(1.310)	(533)	(1.310)	(532)
	<b>20.719</b>	<b>21.758</b>	<b>20.727</b>	<b>21.767</b>
Passivo circulante	15.968	8.637	15.968	8.637
Passivo não circulante	4.751	13.121	4.759	13.130
	<b>20.719</b>	<b>21.758</b>	<b>20.727</b>	<b>21.767</b>

¹ Controlada incorporada em 03 de janeiro de 2022

**17. Patrimônio líquido:**

	Companhia	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	851.017	851.017
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	568.465.803	531.294.792
Artigo 7º Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - B3 SA Brasil Bolsa Balcão (R\$/ação)	9,03	12,60
Valor patrimonial (R\$/ação)	1,29	2,18

**17.2. Reservas de capital:**

**Opções outorgadas:** devido ao encerramento do período de vigência para exercer as opções referentes às outorgas do programa de opção de compra de ações (stock options), foram baixadas contra "capital adicional integralizado".

**Capital adicional integralizado:** montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *Black & Scholes* e o exercício da 1ª a 12ª outorga de opções. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a absorção do saldo registrado em "capital adicional integralizado", tendo como contrapartida o grupo de reserva de lucros "reserva de investimento e expansão". **Outras reservas de capital:** opção de venda em controladas e ágio/deságio em transação de capital.

**17.3. Reservas de lucros:**

	Companhia e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Reserva legal	73.921	51.313
Reserva estatutária de capital regulatório¹	174.568	243.147
Reserva de investimentos e expansão¹	260.322	221.226
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Dividendo adicional proposto	24.087	-
	<b>533.027</b>	<b>515.815</b>

¹ Em 04 de abril de 2022, a Assembleia Anual cancelou 14.507.698 ações em Tesouraria.  
**Reserva legal:** constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social. **Reserva estatutária de capital regulatório:** constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório determinado pelo órgão regulador ANS, e que ficará limitada em conjunto com a "reserva de investimento e expansão" a 80% do capital social. **Reserva de investimentos e expansão:** constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de *software* e *hardware*, investimentos em instalações e equipamentos, aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada em conjunto com a "reserva estatutária de capital regulatório" a 80% do capital social. **Dividendo adicional proposto:** corresponde a dividendos complementares acima do mínimo obrigatório (notas 17.5 e 29). **17.4. Ações em tesouraria:** A Companhia, em 2021, iniciou Programas de Recompra de Ações, aprovados pelo Conselho de Administração, que, somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio, dividendos intercalares e aquisições seletivas na cadeia de valor dental, demonstram o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. Em 30 de março de 2021, a Companhia iniciou um primeiro Programa de Recompra de até 10 milhões de ações, representativas de 3,80% das 263.456.786 ações em circulação no mercado, o qual foi integralmente executado até 28 de outubro de 2021, data em que um segundo Programa de Recompra foi iniciado, igualmente de até 10 milhões de ações, integralmente executado até 28 de abril de 2022. Na mesma data, um terceiro Programa de Recompra foi iniciado, de até 18 milhões de ações, válido até 30 de outubro de 2023. Em 04 de abril de 2022 a Assembleia Anual cancelou 14.507.698 ações em Tesouraria, e autorizou o desdobramento de uma nova ação para cada dez existentes, passando o capital total de 531.294.792 para 568.465.803 ações. Em 31 de dezembro de 2022, o total de ações em Tesouraria atinge 15.970.140 ações (14.507.698 ações em 31 de dezembro de 2021), das quais 9.272.800 ações foram adquiridas dentro do terceiro Programa de Recompra, em vigor, com custo médio de R\$9,67 por ação. O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 é de R\$163.046 (R\$189.805 em 31 de dezembro de 2021).

**17.5. Lucros acumulados, dividendo mínimo obrigatório e adicional:**

	Companhia	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>452.171</b>	<b>380.359</b>
<b>Proposta de destinação do lucro:</b>	<b>(452.171)</b>	<b>(380.359)</b>
Reserva legal	(22.608)	(19.018)
Juros sobre capital próprio	(69.257)	(52.232)
Dividendos intercalares	(60.000)	(95.754)
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	(95.913)	(40.520)
Dividendo adicional proposto	(24.087)	-
Reserva de investimentos e expansão	(160.306)	(172.835)
	-	-

	Companhia	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>452.171</b>	<b>380.359</b>
(-) Reserva legal	(22.608)	(19.018)
<b>Base de cálculo ajustada</b>	<b>429.563</b>	<b>361.341</b>
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>214.781</b>	<b>180.671</b>
Dividendos intercalares	60.000	95.754
Juros sobre capital próprio¹	58.868	44.397
Dividendo complementar acima do mínimo obrigatório	95.913	40.520
Dividendo adicional proposto	24.087	180.671
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados</b>	<b>238.868</b>	<b>180.671</b>
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(24.087)	-
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>214.781</b>	<b>180.671</b>

¹ Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

**17.6. Deliberações:**

|--|--|

**Odontoprev S.A. - CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (COMPANHIA E CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Companhia		Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	
Direito de uso	Ativo não circulante	15.344	41.959	26.330	56.986
Amortização acumulada	Ativo não circulante	(2.578)	(10.543)	(6.589)	(16.268)
<b>Ativo</b>		<b>12.766</b>	<b>31.416</b>	<b>19.741</b>	<b>40.718</b>
Passivo de arrendamento	Passivo circulante	2.059	4.785	3.659	6.943
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo circulante	(979)	(2.218)	(1.333)	(2.872)
		<b>1.080</b>	<b>2.567</b>	<b>2.326</b>	<b>4.071</b>
Passivo de arrendamento	Passivo não circulante	17.753	37.852	22.679	48.100
Ajuste a valor presente (AVP)	Passivo não circulante	(3.743)	(7.451)	(4.584)	(9.406)
		<b>14.010</b>	<b>30.401</b>	<b>18.095</b>	<b>38.694</b>
<b>Passivo</b>		<b>15.090</b>	<b>32.968</b>	<b>20.421</b>	<b>42.765</b>

**27. Partes relacionadas:**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Ativo/(Passivo)	Natureza	Operações da Companhia com suas Controladas e Coligadas (nota 1)				
		Odontoprev	Clidec	Odontoprev Serviços	Easy Partner	Dental Boutique
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	4.203	-	619	139	-
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(139)	-	-	-	(4.822)
<b>Reculta/(Despesa)</b>						
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	74	-	-	-	-
Contraprestações líquidas	Corresponsabilidade assumida/transferida	14.390	-	-	-	(14.390)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	Corresponsabilidade assumida/transferida	35.091	-	-	-	(35.091)
Demais custos de serviços	Materiais e serviços odontológicos	-	(24)	-	-	-
Vendas de bens e serviços	Serviços administrativos	-	25.308	60.405	14.553	1.744
Eventos conhecidos ou avisados	Serviços odontológicos	(12.168)	-	-	-	-
Demais custos odontológicos	Materiais odontológicos	(13.937)	(574)	-	-	(41)
Despesas administrativas	Serviços administrativos	(75.241)	-	10.009	(50)	-
		<b>(51.791)</b>	<b>24.710</b>	<b>70.414</b>	<b>(50)</b>	<b>14.553</b>
<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(44.849)</b>	<b>20.002</b>	<b>67.037</b>	<b>(49)</b>	<b>14.827</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						

A Companhia e suas Controladas mantêm operações com empresas da Organização Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da Odontoprev faz parte:

Transações Ativo/(Passivo)	Empresas relacionadas com Banco Bradesco		Consolidado	
	Natureza	2022	2021	
Disponibilidades	Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	834	819
Aplicações financeiras	Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	771.562	700.068
Contraprestações a receber	Banco Bradesco S.A.	Contraprestações a receber	4.342	4.374
Contraprestações a receber	Bradesco Capitalização S.A.	Títulos de capitalização	1.047	2.019
Fornecedores de serviços	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	-	(26)
Fornecedores de serviços	Bradesco Cartões S.A.	Viagens e estadias - diretoria e funcionários	-	(140)
<b>Reculta/(Despesa)</b>				
Contraprestação líquidas	Banco Bradesco S.A.	Receita de venda	51.948	54.807
Outras receitas operacionais	Mediservice	Taxa de administração	378	408
Outras receitas operacionais	Stelo S.A.	Taxa de administração	(70)	-
Despesa de comercialização	Bradseg Promotora de Vendas S.A.	Comissões	(13.740)	(22.070)
Despesa de comercialização	Banco Bradesco S.A.	Comissões	(3.366)	(6.068)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	Comissões	(59)	(68)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Banco Bradesco S.A.	Escrituração de ações	(317)	(287)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica - funcionários	(12.244)	(11.962)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	(340)	(491)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Santecorp Holding Ltda.	Serviços médicos/ambulatórios	(279)	(427)
DA - PESSOAL e serviços de terceiros	Alelo S.A.	Benefícios a funcionários	(4.353)	(7.568)
DA - Localização e funcionamento	Banco Bradesco S.A.	Aluguéis sucursais	(282)	(112)
DA - Localização e funcionamento	Bréscia Empreendimentos e Participações Ltda.	Aluguéis sucursais	(21)	48
DA - Localização e funcionamento	Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Aluguéis sucursais	(80)	92
DA - Localização e funcionamento	Reno Empreendimentos e Participações Ltda.	Aluguéis sucursais	(21)	21
DA - Outras	Banco Bradesco S.A.	Viagens e estadias - diretoria e funcionários	(2.457)	(676)
DA - Outras	Bsp Park Estacionamentos e Participações S.A.	Estacionamento	(7)	(6)
DA - Outras	Bradesco Auto Re Cia de Seguros	Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança	(32)	(329)
DA - Outras	Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro garantia judicial	(225)	(128)
DA - Outras	Stelo S.A.	Serviços financeiros	(84)	(12)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Administração de aplicações	(323)	(322)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Tarifa bancária	(2.822)	(2.697)
Receitas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Receita de aplicações financeiras	76.921	50.436
Doações	Fundação Bradesco	Doações	-	(785)
JCP deliberado	Banco Bradesco S.A.	JCP	(35.599)	(26.121)
			<b>52.526</b>	<b>25.683</b>

Conforme mencionado na nota 16.1 (d) a Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração stock options, nos quais tais apólices foram contratadas junto à Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Swiss Re Brasil) que mantém uma joint venture com a Bradesco Seguros S.A. (Bradesco Seguros). A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2022, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$23.605 (R\$20.037 em 31 de dezembro de 2021) e R\$26.106 (R\$24.082 em 31 de dezembro de 2021)

A DIRETORIA	ATUÁRIA	CONTADOR
	Francieli Pereira Soares da Cruz Registro: 2860	André Moreira Guimarães CRC RJ-108534/O-7

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Odontoprev S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 01 de março de 2023, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 01 de março de 2023		
Ivan Maluf Junior	Vanderlei Dominguez da Rosa	Sérgio Moreno

na Companhia e no Consolidado. A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades. O programa de opção de compra de ações (stock options) segue vigente, na forma como aprovado em Assembleia de Acionistas, tendo a última outorga sido efetuada em 2016. O período de apuração corresponde a 3 anos e o pagamento fica condicionado ao atingimento de metas de performance corporativa pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração e à condição de serviço. Em 31 de dezembro de 2022 foram apropriados no resultado do período, os montantes de R\$20.081 e R\$21.077 na Companhia e no Consolidado respectivamente (R\$16.067 e R\$17.384 em 31 de dezembro de 2021). A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021
<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>21.369</b>	<b>19.023</b>
Pró-labore	6.057	5.572
Benefícios	657	596
Bônus	7.295	6.736
ILP	7.360	6.119
<b>Conselho de Administração</b>	<b>3.155</b>	<b>2.767</b>
Pró-labore	503	469
<b>Conselho Fiscal</b>	<b>503</b>	<b>469</b>
Pró-labore	25.027	22.259

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros da Organização Bradesco. A Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

**28. Fluxo de Caixa - Método Direto**

	Companhia	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de plano de saúde	1.984.463	1.846.299
Resgate de aplicações financeiras (nota 6)	1.281.685	1.291.492
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	78.286	49.856
Outros recebimentos operacionais	7.844	35.616
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde (nota 14.2)	(674.208)	(712.093)
Pagamentos de comissões	(190.733)	(190.010)
Pagamentos de pessoal	(94.722)	(75.419)
Pagamentos de pró-labore	(12.971)	(11.237)
Pagamentos de serviços de terceiros	(131.954)	(99.920)
Pagamentos de tributos	(282.985)	(242.700)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(27.131)	(11.892)
Pagamentos de aluguel	(3.594)	(6.436)
Pagamentos de promoção/publicidade	(15.385)	(17.234)
Aplicações financeiras (nota 6)	(1.419.598)	(1.331.332)
Outros pagamentos operacionais	(35.078)	(36.487)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>463.919</b>	<b>488.503</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos de dividendos	5.169	5.526
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado (nota 12)	(6.799)	(5.055)
Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(44.394)	(15.730)
Outros pagamentos das atividades de investimento	(62.637)	(46.031)
<b>CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(108.661)</b>	<b>(61.290)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Outros recebimentos das atividades de financiamento (DMPL)	52	1.188
Pagamentos de participação nos resultados	(16.212)	(15.099)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(339.867)	(431.164)
<b>CAIXA APLICADO EM ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS (REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)</b>	<b>(356.027)</b>	<b>(445.075)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(769)</b>	<b>(17.862)</b>
Saldo inicial	15.584	33.446
Saldo final	14.815	15.584
<b>(REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)</b>	<b>(769)</b>	<b>(17.862)</b>
Ativos livres no início do período	525.104	557.209
Ativos livres no final do período	492.680	525.104
<b>(REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(32.424)</b>	<b>(32.105)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (MÉTODO DIRETO)</b>	<b>463.919</b>	<b>488.503</b>
(+/-) Valores classificados de forma distinta entre os métodos		
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	244.315	382.946
Participação nos resultados	(16.212)	(15.099)
Baixa de investimentos por incorporação	(4.483)	(4.470)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (MÉTODO INDIRETO)</b>	<b>687.539</b>	<b>851.880</b>

(i) Aquisição de controle das ações ordinárias "Papaiz". Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. ("Papaiz") por meio de sua controlada Clidec Participações S.A. após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") ter aprovado, sem qualquer restrição, a consumação dessa transação. A transação não constitui investimento relevante para a Odontoprev e não será submetida à aprovação dos acionistas.

(ii) Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP. A Companhia e suas controladas informam que não possuem processo tributário (ativo ou encerrado) com objeto da decisão nos temas nº 881 e nº 885 (repercussão geral) do STF de 08 de fevereiro de 2023. Informa, ainda, que estão avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos sobre os impactos do entendimento da referida decisão em seus processos administrativos e judiciais tributários, encerrados e em andamento, o que não tem revelado, impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	2022	2021
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (MÉTODO DIRETO)</b>	<b>463.919</b>	<b>488.503</b>
(+/-) Valores classificados de forma distinta entre os métodos		
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	244.315	382.946
Participação nos resultados	(16.212)	(15.099)
Baixa de investimentos por incorporação	(4.483)	(4.470)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (MÉTODO INDIRETO)</b>	<b>687.539</b>	<b>851.880</b>

**29. Eventos subsequentes**

(i) Aquisição de controle das ações ordinárias "Papaiz". Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 01 de fevereiro de 2023, foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do capital social da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. ("Papaiz") por meio de sua controlada Clidec Participações S.A. após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") ter aprovado, sem qualquer restrição, a consumação dessa transação. A transação não constitui investimento relevante para a Odontoprev e não será submetida à aprovação dos acionistas.

(ii) Ofício-Circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP. A Companhia e suas controladas informam que não possuem processo tributário (ativo ou encerrado) com objeto da decisão nos temas nº 881 e nº 885 (repercussão geral) do STF de 08 de fevereiro de 2023. Informa, ainda, que estão avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos sobre os impactos do entendimento da referida decisão em seus processos administrativos e judiciais tributários, encerrados e em andamento, o que não tem revelado, impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76.

fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.